

Região Metropolitana de Ribeirão Preto

CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS
REGIÃO METROPOLITANA DE RIBEIRÃO PRETO
P10

SÃO PAULO
Janeiro/fevereiro de 2022



| Secretaria de
Desenvolvimento Regional

Sumário

PRINCIPAIS PONTOS PARA ENTENDER O PDUI-RMRP E PARTICIPAR DOS DEBATES	3
A engenharia do PDUI-RMRP	4
Objetivos do PDUI	5
O PDUI na RMRP	5
Etapas de desenvolvimento do Plano	6
I. ORDENAMENTO TERRITORIAL - PROPOSTA PRELIMINAR DE MACROZONEAMENTO REGIONAL PARA A RMRP	8
Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani	9
Macrozona de Interesse de Uso Urbano	11
Macrozona de Interesse de Uso Rural	12
Estratégias para ação metropolitana	13
Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs)	14
II. FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM - PROPOSTAS PRELIMINARES	15
Planejamento territorial e uso do solo	16
Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos	17
Abastecimento de água	17
Esgotamento sanitário	18
Resíduos sólidos	18
Drenagem	20
Matriz energética	21
Cobertura vegetal e unidades de conservação	22
Desenvolvimento econômico e atendimento social	23
Transporte, sistema viário e logística	26
Equipe técnica	29

Principais pontos para entender o PDUI-RMRP e participar dos debates

Este produto (P10) é um caderno de insumos para estimular o debate durante o processo participativo, uma das etapas mais importantes da elaboração dos planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUIs). Mostra, em linhas gerais, tudo que foi feito até o momento no âmbito do projeto de construção do PDUI da Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP), culminando com uma relação de propostas preliminares.

Com esses conteúdos em mãos, os participantes terão o embasamento necessário para acompanhar o debate nas audiências públicas e para fazer propostas presencialmente ou pela plataforma digital.

Primeiro, é importante saber o que é o PDUI. Exigência do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), este plano vai virar lei estadual em breve e influenciará ações voltadas para a realidade regional. É uma abordagem nova do planejamento metropolitano e regional, em que Estado, municípios e os cidadãos compartilham decisões para o que for considerado problema comum a vários municípios.

As próximas páginas falam sobre os objetivos, desafios e resultados esperados do PDUI, detalham o processo de elaboração e trazem uma proposta preliminar de Macrozoneamento Regional (MZ Regional).

Aqui estão resumidos os produtos técnicos resultantes do esforço de trabalho da equipe multidisciplinar responsável pelo PDUI-RMRP – que é uma iniciativa do Governo do Estado/Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) com apoio técnico e logístico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

São objetos centrais do PDUI-RMRP o Macrozoneamento Regional, que contribui para orientar o ordenamento territorial da Unidade Regional, e a definição das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Neste caderno, está disponível uma versão de ordenamento territorial com conceitos, caracterização e diretrizes, acompanhada de representação cartográfica do mapa da proposta preliminar do MZ Regional, com indicação de estratégias de ação metropolitana e de áreas de interesse metropolitano.

Apresenta, também, um conjunto de propostas preliminares para as FPICs, que deverão ser aperfeiçoadas a partir da colaboração dos gestores públicos e da sociedade civil presentes nesta audiência pública.

Tudo que está disponibilizado nestas páginas pode ser pesquisado detalhadamente na plataforma digital do PDUI-RMRP, no endereço <https://rmp.pdui.sp.gov.br>, que também está aberta para receber propostas até sete dias após a realização das audiências públicas.

Cabe realçar o importante papel das contribuições dos gestores públicos e da sociedade civil por meio das propostas que serão recebidas nas plataformas digitais. É com elas que será construído um conjunto de propostas coerentes que podem até superar conflitos internos da região, fomentar as oportunidades e contornar as insuficiências de acesso a serviços públicos e infraestrutura – e, dessa forma, minimizar os desequilíbrios regionais. O período de elaboração do projeto é de 12 meses, de julho de 2021 a julho de 2022.

A engenharia do PDUI-RMRP

A construção do PDUI é uma engenharia complexa. Envolve um processo de planejamento baseado em ampla organização e avaliação de dados, informações e contribuições de naturezas diversas – econômica, social, urbana, legal e ambiental. E requer um esforço coletivo para tudo funcionar bem, com a participação do Estado, dos municípios integrantes da Unidade Regional e da sociedade civil. Dessa maneira, o problema de um é visto como problema de todos.

Afinal, o PDUI é um instrumento de planejamento e gestão baseado na governança interfederativa, que significa o compartilhamento de responsabilidades e ações. É ele que estabelece as diretrizes e aponta os meios necessários para orientar ações governamentais e da iniciativa privada em regiões metropolitanas (RMs) e aglomerações urbanas (AUs), no que se refere às funções públicas de interesse comum.

É a principal referência do Conselho de Desenvolvimento Regional para orientar as prioridades de ação e investimento, bem como de destinação dos recursos orçamentários.

Por tudo isso, a construção do PDUI exige sólida articulação política e institucional. É fundamental promover o diálogo com os municípios e com a sociedade civil e formar consensos, dar transparência ao conhecimento gerado e adotar procedimentos que democratizem sua construção ao validar seus resultados em audiência pública.

No meio do caminho, há imensos desafios sem os quais o PDUI não se viabiliza:

- Contar com base de dados e informações sólidas e atuais.**
- Ter a participação ativa das prefeituras e da sociedade civil.**
- Compreender que o PDUI é um instrumento de política regional e não local.**
- Ter a capacidade de formar consensos em torno de prioridades de ação metropolitana.**
- Reconhecer as restrições fiscais e financeiras para fazer frente às ações e planos decorrentes do PDUI.**

Para superar esses desafios, é preciso conhecer a realidade dos conflitos existentes na RMRP, as oportunidades que oferece, bem como as dificuldades de acesso a serviços públicos e a infraestrutura, quando se deseja reduzir os desequilíbrios regionais.

Nesse sentido, a construção do PDUI se desenvolveu a partir de uma construção temática, visando ao ordenamento territorial e ao equilíbrio regional das funções públicas de interesse comum.

O PDUI na RMRP

O PDUI-RMRP deve definir diferentes níveis de orientação para o ordenamento territorial de áreas urbanas e rurais. Saiba quais são:

- ❑ **Macrozoneamento regional** – São diretrizes gerais, oferecendo as bases para articulação dos municípios quanto ao ordenamento territorial – parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural.
- ❑ **Estratégias para ação metropolitana** – Articulação setorial das políticas públicas que afetam a qualidade do território regionalmente.
- ❑ **Áreas de interesse metropolitano** – Porções do território sujeitas a controles especiais, por meio de planos de intervenção.
- ❑ **Funções públicas de interesse comum** – Como o nome já diz, são aquelas que ultrapassam os domínios de um município. Em geral são definidas na lei de criação das Unidades Regionais.

Objetivos do PDUI

- ❑ **Estabelecer as diretrizes, projetos e ações** que sejam capazes de induzir e/ou estruturar o território, preparando a Unidade Regional para o adensamento de atividades e funções econômicas, equacionando, ao mesmo tempo, os passivos socioambientais, garantindo condições de desenvolvimento sustentável.
- ❑ **Construir consensos e compromissos** em torno das questões de interesse comum da Unidade Regional.
- ❑ **Propor projetos e ações** focadas no bem-estar da população, por meio da melhoria do ambiente urbano e da redução das desigualdades sociais e territoriais.

Etapas de desenvolvimento do Plano

Estudos analíticos

Na primeira fase, de setembro a novembro de 2021, foram produzidos o Ordenamento Territorial, o Panorama Regional e o Diagnóstico da RMRP, abordagens que permitiram um retrato ou um Raio-X da região. A equipe técnica da Fipe trabalhou junto com técnicos das prefeituras, representações da sociedade civil e secretarias estaduais e chegou a uma versão preliminar de Macrozoneamento Regional e suas diretrizes.

Também foram definidas nessa etapa ações estratégicas e algumas propostas de área de interesse metropolitana, além de analisadas as Funções Públicas de Interesse Comum. Os produtos resultantes dos estudos analíticos estão na plataforma digital do PDUI-RMRP: <https://rmp.pdui.sp.gov.br>.

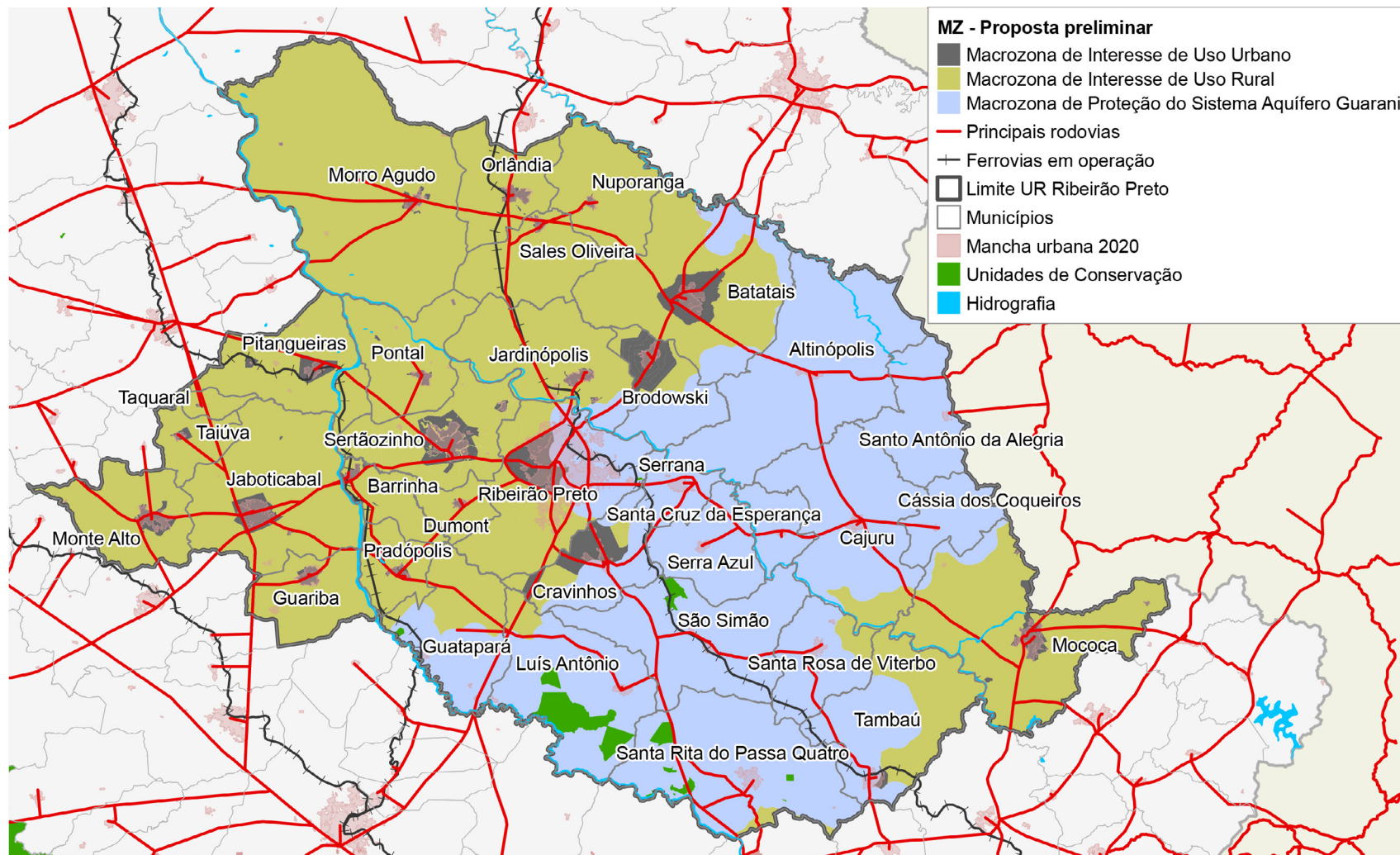
Relatórios descritivos

No segundo momento, foi aberto o processo participativo, com a realização, em outubro, das oficinas regionais das quatro sub-regiões da RMRP, englobando todos os municípios que compõem a região metropolitana.

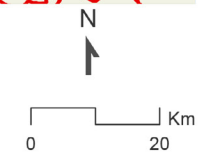
Documentos orientadores

O processo de construção do Plano é concluído com a montagem do caderno final de propostas, do mapa final do Macrozoneamento Regional e do caderno de sustentação que acompanha o projeto de lei, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Os documentos serão finalizados de maio a julho de 2022.

Região Metropolitana de Ribeirão Preto



Fonte:
 Limites administrativos, sedes dos municípios, hidrografia (IBGE, 2021) | Ferrovias (SEADE, 2018) | Rodovias (DNIT, 2021) |
 Hidrografia (Unidades de Conservação (MMA, 2020).





I. Ordenamento territorial -
Proposta preliminar de
Macrozoneamento Regional
para a RMRP

Macrozona de Proteção do Sistema Aquífero Guarani

Conceito: áreas de ocupação urbana ou rural cujos usos são pautados por ações e diretrizes que evitem impactos nas regiões de recarga do Sistema Aquífero Guarani (SAG).

Caracterização: área de afloramento das Formações Botucatu e Pirambóia (aquíferos), correspondente à zona de recarga do Sistema Aquífero Guarani. Ali, são identificáveis diferentes setores com características específicas em função das suas condições naturais (geologia, topografia, hidrografia, etc.) e/ou das características do uso e ocupação do solo. É considerada uma porção crítica do território por ter usos antrópicos que apresentam risco potencial de contaminação e alta demanda para abastecimento público. As áreas ocupadas por cobertura vegetal e corpos d'água são fundamentais para proteção dos recursos hídricos nas áreas de recarga do SAG.

A zona leste da área urbanizada do município de Ribeirão Preto está localizada nessa macrozona. O Plano Diretor de Ribeirão Preto (2018) estabelece diretrizes de proteção do SAG, propondo regras de desenvolvimento sustentável sem prejuízo da recarga do aquífero e do desenvolvimento social desse território, definido no Plano Diretor de Ribeirão Preto como Zona de Uso Especial (ZUE).

Objetivo: integrar a proteção e a conservação do Sistema Aquífero Guarani às políticas de ordenamento territorial regionais e municipais.

Diretrizes:

I. Garantia da disponibilidade hídrica

- a. Regularizar as outorgas de uso da água subterrânea.
- b. Controlar as captações, para que não atinjam níveis de superexploração.
- c. Promover estudos detalhados para a quantificação da disponibilidade hídrica do SAG.
- d. Preservar as áreas planas, as áreas de várzea e as nascentes.

II. Prevenção dos processos de dinâmica superficial

- a. Mapear a suscetibilidade natural à erosão.
- b. Fixar exigências especiais para a ocupação em áreas declivosas.
- c. Controlar as atividades que prejudicam as condições de estabilidade, como a retirada de vegetação, cortes e aterros, entre outras.
- d. Priorizar as culturas de longo ciclo e evitar as práticas de agricultura mecanizada em áreas de maior declive.
- e. Recuperar as áreas com processos erosivos já iniciados.

III. Disciplinamento das atividades com potencial de contaminação do SAG

- a. Avaliar a vulnerabilidade do Sistema Aquífero Guarani à contaminação e os perigos ao abastecimento público, estabelecendo critérios técnicos para a definição do uso e ocupação do solo.
- b. Em áreas sem restrição à ocupação, promover políticas, planos e ações integrados, que visem à qualificação urbana, com ênfase na regularização fundiária, nos serviços de sa-

neamento básico e na oferta de equipamentos urbanos, em consonância com o Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.

- c. Proibir a implantação e ampliação de atividades, obras e empreendimentos que resultem na disposição de efluentes com características físico-químicas e biológicas que possam significar ameaças à qualidade de água do manancial subterrâneo.
- d. Exigir do empreendedor a implantação de um programa de monitoramento da qualidade do solo e das águas subterrâneas.
- e. Garantir a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados.

IV. Desenho urbano sensível à água

- a. Manter na área a ser parcelada, no mínimo, a reserva de 35% de áreas públicas destinadas a recomposição florestal e sistemas de lazer.
- b. Incentivar a utilização de sistemas de drenagem urbana sustentáveis.
- c. Utilizar infraestruturas urbanas que aumentem a permeabilidade do solo urbano.
- d. Evitar a instalação de loteamentos e a expansão urbana nas áreas de várzea.
- e. Aumentar as áreas permeáveis no desenho urbano.
- f. Regenerar e ampliar as áreas verdes nos centros urbanos.

V. Manutenção e preservação dos remanescentes de vegetação

- a. Impedir as atividades antrópicas que resultem em impactos ou extinção de espécies da flora e fauna.
- b. Condicionar a ocupação da área a atividades ou empreendimentos que assegurem a permeabilidade natural do solo e que possuam parcelas de áreas verdes significativas.

- c. Proteger e conservar os remanescentes florestais, as áreas de preservação permanente (conforme disposto no Código Florestal) e as áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural, bem como promover a revegetação das áreas degradadas.
- d. Incentivar a criação de áreas protegidas, de áreas verdes e de equipamentos comunitários, visando à preservação de áreas florestadas.
- e. Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009.
- f. Promover e aplicar instrumentos de compensação ambiental (PSA, compensação financeira e demais instrumentos).

VI. Saneamento ambiental nas áreas urbanas

- a. Proteger o entorno dos poços tubulares ativos e tamponar os poços abandonados.
- b. Incentivar a ampliação das redes coletoras de esgoto e reduzir vazamentos.
- c. Proibir a instalação de novos aterros sanitários e estimular a adoção de arranjos intermunicipais.
- d. Delimitar as zonas potenciais de contaminação das águas subterrâneas por nitrato proveniente de sistemas de saneamento.
- e. Implementar ações preventivas ou corretivas nos núcleos urbanos.

VII. Saneamento ambiental nas áreas rurais

- a. Atender as recomendações técnicas e as normas vigentes relacionadas à construção de fossas sépticas, poços tubulares profundos e poços cacimbas.

- b. Implantar fossas sépticas biodigestoras.
- c. Incentivar a coleta, a triagem, a reutilização e a reciclagem dos resíduos sólidos, bem como a compostagem do lixo orgânico.
- d. Implementar ações preventivas ou corretivas nas áreas agro-pastoris que utilizam adubos, fertilizantes e efluentes com benefício agronômico.
- e. Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários.

Composição gráfica:

- Proposta de criação da APRM-SAG (Subsídios ao Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Área de Afloramento do Sistema Aquífero Guarani no Estado de São Paulo. IPT, 2011).

Macrozona de Interesse de Uso Urbano

Conceito: áreas urbanas com variadas categorias de uso, diversos padrões de ocupação e distintas atividades.

Caracterização: a Macrozona de Interesse de Uso Urbano consiste nas áreas urbanas definidas pelos municípios.

Objetivo: abrigar urbanização de acordo com os condicionantes do sítio físico, da infraestrutura instalada e da legislação ambiental vigente.

Diretrizes:

- I. Proporcionar oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas nas áreas urbanas.
- II. Estimular a ocupação dos vazios urbanos e o uso dos imóveis ociosos ou subutilizados em áreas dotadas de infraestrutura.
- III. Recuperar a qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos.
- IV. Minimizar os problemas existentes nas áreas com riscos geológico-geotécnicos, de inundações e decorrentes de solos contaminados e prevenir o surgimento de novas situações de vulnerabilidade.
- V. Estimular a regulação da produção imobiliária para captura, pelas municipalidades, da valorização imobiliária decorrente de investimentos públicos, para financiamento de melhorias e benefícios públicos.
- VI. Qualificar e complementar o sistema de mobilidade com a integração entre os sistemas de transporte coletivo, viário, cicloviário e de circulação de pedestres entre os municípios.
- VII. Compatibilizar usos e tipologias para o parcelamento e uso do solo urbano com as condicionantes geológico-geotécnicas e de relevo.
- VIII. Promover a urbanização e a regularização fundiária de assentamentos precários, onde couber.
- IX. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância.

- X. Zelar pelo cumprimento das determinações previstas para as Unidades de Conservação existentes e as que vierem a ser criadas, nos termos das legislações federal, estadual e municipal pertinentes.
- XI. Priorizar o crescimento dos municípios nas áreas mais propícias à ocupação urbana, promovendo a distribuição e a intensidade de usos do solo de forma equilibrada em relação à capacidade dos sistemas de infraestrutura e serviços locais.
- XII. Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009. Composição gráfica: setores censitários urbanos do IBGE, áreas de perímetros urbanos e zonas e macrozonas urbanas definidas nas legislações municipais.

Macrozona de Interesse de Uso Rural

Conceito: áreas destinadas prioritariamente para as atividades rurais que conciliem desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental do seu solo.

Caracterização: a Macrozona de interesse de uso rural é composta por áreas destinadas às atividades rurais da região.

Objetivo: o desenvolvimento das áreas rurais e de produção agrícola com sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Diretrizes:

- I. Estimular o aumento de produtividade das atividades rurais, observando-se o uso racional dos recursos naturais e o adequado manejo dos solos e das águas.
- II. Proporcionar a oferta de infraestrutura adequada às atividades agropecuárias e ao escoamento de sua produção.
- III. Incentivar a diversificação, agregação de valor e integração às cadeias agroindustriais das propriedades, cooperativas e empresas agrícolas.
- IV. Garantir a proteção das áreas de Reserva Legal do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural.
- V. Estimular a produção e a comercialização local de alimentos, de modo a garantir o abastecimento regional e a oferta a preços adequados de produtos frescos.
- VI. Manter as áreas de mineração ativas com controle ambiental, e promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas
- VII. Controlar e monitorar o uso do solo nas áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade Brasileira consideradas de Alta, Muito Alta e Extremamente Alta importância.
- VIII. Garantir a proteção do Bioma Cerrado, conforme previsto na Lei do Cerrado, Lei Estadual nº 13.550, de 02 de junho de 2009.
- IX. Promover a conservação e recuperação dos serviços ambientais prestados pelos sistemas ambientais existentes, em especial aqueles relacionados com a produção da água e regulação climática.
- X. Abrigar as transformações de uso decorrentes da expansão urbana, atendendo as exigências estabelecidas no Artigo 42-B do Estatuto da Cidade.

- XI. Garantir a regularização urbanística e fundiária dos núcleos urbanos informais consolidados.
- XII. Implantar sistemas de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários.

Composição gráfica:

- Zonas e macrozonas rurais definidas nas legislações municipais, áreas municipais fora dos perímetros urbanos dos municípios e setores censitários rurais do IBGE, exceto quando localizados na Macrozona de Proteção do Aquífero Guarani.

Estratégias para ação metropolitana

As macrozonas correspondem a uma das três escalas analíticas que se relacionam e orientam a leitura do território para caracterizar o ordenamento territorial da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

As estratégias para ação metropolitana têm foco nos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum que estruturam o território; e as áreas de interesse metropolitano abordam problemas ou potencialidades específicas e localizadas.

As estratégias para ação metropolitana constituem elementos estruturadores da ação pública e têm por função básica promover a articulação setorial das diversas políticas de âmbito regional. Estas, por sua vez, coincidem com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos.

Esse nível de orientação para a ação metropolitana integrada prevê a articulação dos entes federados para a consecução de objetivos comuns. Trata de áreas quase sempre descontínuas, de caráter dinâmico, cuja definição no território necessita do alinhamento das visões dos atores envolvidos, tanto na identificação dos temas analisados, como na escolha das formas de tratamento conjunto desses temas.

Dessa forma, o desenvolvimento e acompanhamento das estratégias para ação metropolitana na RMRP é um trabalho a ser desenvolvido de forma permanente. Isso pode acontecer por meio da

estrutura formal do Conselho de Desenvolvimento, de Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho com representação dos municípios, além das secretarias e instituições estaduais responsáveis.

Para início das discussões, são propostos dois eixos estruturadores como ponto de partida para a definição das estratégias:

- a. Redução das desigualdades regionais: desenvolvimento econômico, rede de centralidades e mobilidade.**
- b. Meio ambiente: saneamento ambiental, proteção dos corpos d'água e incremento da cobertura vegetal e da conectividade.**

Um bom ponto de partida para a elaboração de uma estratégia ambiental, por exemplo, é o Plano Diretor de Ribeirão Preto (Lei Complementar 2866/2018). O documento propõe, em seu Artigo 57, “a criação de um sistema de áreas verdes formado por parques, parques lineares e remanescentes florestais interligados por meio de corredores ecológicos e de fauna” como parte de um “plano estratégico de uso e de ocupação do solo de forma sustentável na região definida como Zona de Uso Especial (ZUE)”. A ZUE corresponde à zona urbana do município localizada na área de recarga do Sistema Aquífero Guarani.

Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs)

As áreas de interesse metropolitano são recortes específicos do território, que permitem a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole. Serão associadas a projetos específicos, que apresentem Matriz de Responsabilidades definindo as ações atribuídas a cada ente federado. Portanto, para sua elaboração é necessário um acompanhamento permanente dos atores envolvidos.

Mais uma vez, o Plano Diretor de Ribeirão Preto, ao delimitar uma Zona de Uso Especial (ZUE) na zona de recarga do Sistema Aquífero Guarani, pode apontar um dos caminhos para se pensar na delimitação de AIMs na RMRP.



II. Funções Públicas de Interesse Comum - Propostas preliminares

Na RMRP, o Conselho de Desenvolvimento tem a atribuição legal de eleger as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que serão tratadas no âmbito de sua governança regional, como se observa no Artigo 12 da Lei 1.290, de 6 de julho de 2016.

As FPICs apontadas na lei de criação da RMRP foram agrupadas, para efeito de elaboração de propostas para o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, nas áreas temáticas conforme o Quadro a seguir.

Áreas temáticas	FPICs da lei da RMRP
Planejamento Territorial e Uso do Solo	I . Planejamento e uso do solo
	III. Habitação
Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos	V. Meio ambiente
	IV. Saneamento ambiental
Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social	VI. Desenvolvimento econômico
	VII. Atendimento social
	VIII. Esportes e lazer
	IX. Turismo
Transporte e Sistema Viário	II. Transporte e sistema viário regional

Planejamento territorial e uso do solo

O planejamento e a gestão do território é uma das FPICs com maior impacto no bem-estar da população, em especial, a mais vulnerável. É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que reside um dos maiores desafios institucionais do PDUI.

P1: Apoio técnico ao desenvolvimento de planos diretores

Muitos municípios, em especial aqueles com menos de 20 mil habitantes, não possuem planos diretores por não se enquadrarem na Lei 10.257. A estrutura do corpo técnico municipal, de um modo geral, pode apresentar dificuldades para produção dos planos diretores.

Proposta:

Fornecimento de apoio técnico, financiamento ou desenvolvimento direto dos planos diretores dos municípios que tiveram interesse. O desenvolvimento do plano diretor municipal deverá estar aliado à visão e às diretrizes anunciadas no PDUI da Unidade Regional.

Atividades propostas:

- Disponibilização de técnicos para apoio na produção do plano.
- Contratação de estudos de apoio aos municípios.
- Treinamento e capacitação de equipe técnica municipal.

Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos

Este eixo considera as estruturas ambientais regionais (áreas de mananciais, bacias hidrográficas, unidades de conservação), a infraestrutura de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem) e as situações de risco e degradação ambiental. Também é do escopo desta temática a identificação de compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, das áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e de possíveis conflitos socioambientais.

Abastecimento de água

De acordo com as análises realizadas, os principais problemas observados com relação ao abastecimento de água são: falta de planejamento municipal para a universalização do saneamento em áreas rurais; cadastros incompletos e desatualizados das redes de água; elevadas perdas no sistema de distribuição de água; dispersão de poluentes, como os fertilizantes, nos corpos d'água, devido à importância da atividade agrícola na região; índices abaixo da meta estabelecida no novo marco do saneamento.

P1: Universalização do atendimento por rede de água

Atividades propostas:

- Elevar o índice de atendimento de água nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.

- Elaborar cadastro completo das redes de distribuição de água em todos os municípios da região.

P2: Redução dos altos índices de perdas de água no sistema de distribuição

Atividade proposta:

- Implantação de programa de redução de perdas em todos os municípios da região.

P3: Fornecimento de água com qualidade estabelecida pela legislação vigente

Atividade proposta:

- Levantamento e análise de indicadores de qualidade de água, bem como a identificação de áreas críticas geradoras de poluição difusa de origem agrícola e animal em áreas próximas à captação de água para abastecimento público.

P4: Uso racional da água

Atividade proposta:

- Desenvolvimento de soluções sustentáveis, com redução do consumo de água, principalmente nas atividades relacionadas ao processamento da cana-de-açúcar.

Esgotamento sanitário

De acordo com as análises realizadas, os principais problemas observados com relação ao esgotamento sanitário são: falta de planejamento para a universalização do saneamento em áreas rurais; diminuição da capacidade de remoção de matéria orgânica nas ETEs, devido ao atingimento ou superação da capacidade de tratamento destas, ou ainda, pela ausência de manutenção dos sistemas; cadastros incompletos e desatualizados das redes de esgoto; índices abaixo da meta estabelecida no novo marco do saneamento.

P1: Universalização do atendimento por rede de coleta e tratamento de esgotos

Atividades propostas:

- Elevar os índices de coleta e de tratamento de esgotos nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.
- Elaborar cadastro completo e atualizado do sistema de esgotamento sanitário em todos os municípios da região.

P2: Redução e/ou eliminação de lançamento in natura de esgotos sanitários em corpos hídricos, especialmente daqueles de abrangência regional

Atividades propostas:

- Elevar o índice de tratamento de esgotos nas áreas urbanas e rurais, com vistas ao alcance da meta proposta no novo marco do saneamento.

- Implantar o sistema de coleta, afastamento e tratamento dos efluentes sanitários nas áreas rurais, em especial nos adensamentos populacionais localizados nas proximidades de reservas hídricas ou fontes de água para abastecimento público (superficiais ou subterrâneas), principalmente nas áreas de recarga do Sistema do Aquífero Guarani.
- Planejar a ampliação e a modernização de ETEs, prioritariamente daquelas que atingiram ou superaram a capacidade de tratamento, ou ainda que, pela ausência de manutenção, não apresentam eficiência no tratamento.
- Elaborar programa de manutenção preventiva na rede de esgotamento sanitário.

Resíduos sólidos

De acordo com as análises realizadas, os principais problemas observados com relação aos resíduos sólidos são: inexistência de coleta seletiva ou baixas taxas de cobertura da população; ausência (ou poucos) de consórcios intermunicipais para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos; falta de atualização e a não sistematização das informações sobre os resíduos sólidos junto às prefeituras; carência de infraestruturas de processamento de RSU; poder público não possuir condições de arcar com os custos integrais da gestão; falta de atualização e a não sistematização das informações sobre os resíduos sólidos (baixa participação dos municípios em pesquisas SNIS e IGR, por exemplo).

P1: Aumento do reaproveitamento dos resíduos

Atividades propostas:

- Estruturação de serviço de coleta seletiva em municípios que ainda não possuem; planejamento e implantação de sistemas realmente amplos e eficientes naqueles municípios que já efetuam a coleta.
- Implantação de usinas de compostagem, de modo a reaproveitar a parte úmida dos resíduos.
- Cadastro de “grandes geradores” de resíduos, visando à destinação direcionada de material reciclável às cooperativas municipais.

P2: Utilização sustentável dos resíduos agroindustriais

Atividade proposta:

- Aproveitamento de resíduos e efluentes na produção agrícola, inclusive na geração de energia nas indústrias sucroalcooleiras.

P3: Universalização do índice de coleta de resíduos sólidos domiciliares

Atividade proposta:

- Elevar o índice de coleta de resíduos sólidos domiciliares.

P4: Tratar e dispor adequadamente os diversos tipos de resíduos sólidos

Atividades propostas:

- Identificar áreas que atendam conjuntos de municípios para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos.
- Fomentar a efetiva responsabilização dos geradores, por meio da elaboração dos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

P5: Incentivos à otimização dos recursos e à redução de custos para a gestão dos resíduos sólidos

Atividades propostas:

- Iniciativas de formação de consórcios intermunicipais para gestão e gerenciamento de resíduos sólidos.
- Identificação de áreas que atendam conjuntos de municípios para a destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos e disposição final de rejeitos.
- Cobrança de taxa ou tarifa pelo manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU), conforme determinação do novo marco do saneamento, naqueles municípios que ainda não a possuem.

P6: Atualização e sistematização das informações sobre os resíduos sólidos

Atividade proposta:

- Incentivos para promover maior adesão dos municípios aos diagnósticos nacionais e estaduais, a exemplo do Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento (SNIS) e o Índice de Gestão de Resíduos Sólidos (IGR), respectivamente.

Drenagem

De acordo com as análises realizadas, os principais problemas observados com relação à drenagem são: o levantamento em planta da rede de drenagem e demais informações técnicas relativas às estruturas não estão cadastrados ou disponíveis para consulta em alguns municípios; não há informação sobre a manutenção e a limpeza periódica do sistema de microdrenagem; insuficiência ou inadequação dos dispositivos do sistema de microdrenagem; inexistência de uma abordagem específica da drenagem no Plano Diretor Urbano do município, assim como a ausência de planejamento desse componente, representa um motivo de preocupação diante da possibilidade de uso e ocupação do solo futuros com impactos negativos na macrodrenagem.

P1: Abordagem específica para a drenagem no planejamento municipal (valorização do componente drenagem no planejamento municipal)

Atividades propostas:

- Maior abordagem da drenagem em planos municipais de saneamento básico, ou ainda a elaboração de planos diretores municipais de drenagem urbana em municípios com maior complexidade.
- Planos diretores que contemplem regras específicas visando ao controle da permeabilidade do solo e a proteção das áreas ribeirinhas.

P2: Incentivos à adoção de medidas não estruturais de drenagem urbana

Atividade proposta:

- Viabilização de parques lineares ao longo dos cursos hídricos.

P3: Aumento das áreas verdes e superfícies permeáveis nos meios urbano e rural

Atividades propostas:

- Viabilização de parques lineares ao longo dos cursos hídricos.
- Preservação e recuperação de APPS e áreas de reserva legal.

P4: Proteção e recuperação do leito maior dos rios

Atividades propostas:

- Viabilização de parques lineares ao longo dos cursos hídricos.
- Execução periódica de manutenção e limpeza da rede de microdrenagem.

P5: Monitoramento do nível e vazão dos cursos d'água e registros de incidentes de microdrenagem ou macrodrenagem em escala regional

Atividades propostas:

- Controle e correção das erosões, assoreamento e inundações ao longo dos principais talvegues (fundo de vale).
- Elaboração de uma base de dados que permita acompanhar a recorrência de eventos críticos e/ou subsidiar decisões em relação aos sistemas de microdrenagem ou macrodrenagem em escala regional.

Matriz energética

Para assegurar a segurança energética, devem ser priorizadas ações que fortaleçam a diversificação da matriz energética. De acordo com as análises realizadas, os principais problemas observados com relação à matriz energética são: alto consumo de derivados de petróleo na região, quando comparado com o Estado de São Paulo (principal fonte de emissão de gases de efeito estufa);

altos níveis de emissões de gases de efeito estufa (Ribeirão Preto ocupa o sétimo lugar na participação de emissões no Estado); dependência da importação de energia elétrica pelo Estado de São Paulo. Por outro lado, o grande potencial que o setor sucroalcooleiro possui para a produção de biogás é uma vantagem da região para alcançar a diversificação da matriz energética.

P1: Geração de energia renovável

Atividades propostas:

- Iniciativas à cogeração de energia no setor sucroalcooleiro.
- Incentivos ao aproveitamento do potencial do setor sucroalcooleiro na geração de biogás.

P2: Estímulo à ampliação do uso de biocombustíveis

Atividade proposta:

- Estabelecer programas, contratos e autorizações para o transporte público que considerem a redução progressiva no uso de combustíveis fósseis.

P3: Recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos

Atividade proposta:

- Captação/queima do biogás de aterros, para diminuir as emissões do gás metano direto para a atmosfera.

P4: Uso racional e eficiência energética no âmbito do poder público, na indústria e no comércio

Atividades propostas:

- Estimular a introdução de comprovação de viabilidade de atendimento energético como requisito para autorização de empreendimentos de grande porte.
- Disseminar conceitos e orientações sobre o uso racional da energia elétrica em órgãos públicos e pela população.
- Viabilizar a introdução de requisitos de eficiência energética nos códigos de obras.

P5: Otimização da matriz de transporte municipal e intermunicipal

Atividades propostas:

- Estabelecer programas, contratos e autorizações para o transporte público que considerem redução progressiva no uso de combustíveis fósseis.
- Promover a inserção de veículos movidos a combustíveis renováveis (etanol, eletricidade, biodiesel, etc.) na frota da região.

Cobertura vegetal e unidades de conservação

P1: Recomposição vegetal de Reserva Legal

A Unidade Regional possui um nível de cobertura vegetal baixo de modo geral. O bioma principal, cerrado, é reconhecidamente pressionado pela atividade agrícola e pela expansão urbana. Esse contexto resulta em fragmentação da cobertura vegetal.

A Reserva Legal (RL) é um instrumento introduzido pelo Código Florestal. Seu uso e adequação aos parâmetros legais proporcionam aumento da cobertura vegetal na propriedade. Diante disso, com a introdução de uma estrutura de apoio para o aumento da aplicabilidade da Reserva Legal, espera-se melhorar o índice de cobertura vegetal regional, com aumento da biodiversidade e maior conectividade entre os fragmentos vegetais.

Atividades propostas:

- Mapeamento e classificação das RLs, propondo identificar os locais críticos e potenciais para recomposição vegetal.
- Apoio técnico para adequação da RL no CAR.
- Apoio aos proprietários para recomposição da vegetação nativa nas RLs.
- Criação de metas de reconversão do uso do solo para florestas nas RLs.
- Criação de premiação para proprietários que atingirem metas de reconversão.
- Educação ambiental.

P2: Mapeamento de áreas para criação de RPPN

A Unidade Regional abriga poucas Unidades de Conservação, o que dificulta uma estratégia de conservação ambiental mais perene. A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é um tipo de UC de domínio privado.

Propostas: Mapear áreas passíveis de criação de RPPN e incentivar a criação de novas UCs.

Atividades propostas:

- Mapeamento de áreas para possível criação de RPPN.
- Sensibilização dos proprietários e prefeituras quanto à utilização dessa UC.
- Educação ambiental.

Desenvolvimento econômico e atendimento social

No âmbito dessa temática, deverão ser propostos programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais entraves ao desenvolvimento econômico e à competitividade da RMRP.

P1: Distribuição de investimentos e oportunidades pelo território

As desigualdades regionais e a grande concentração da atividade econômica e da oferta de serviços no município-sede é reforçada pela concentração dos investimentos públicos nestes municípios – sejam

eles de infraestrutura ou de oferta de serviços à população.

Proposta: Descentralização dos futuros investimentos, notadamente aqueles com potencial para a indução do desenvolvimento regional.

Atividades propostas:

- Mapeamento regional das lacunas de infraestrutura e serviços nos municípios da região.
- Maior distribuição do investimento público estatal e das concessionárias pelos municípios da região.

P2: Formação de mão de obra de acordo com as demandas locais

As especificidades da economia regional nem sempre têm as suas demandas de mão de obra atendidas pelas redes de ensino técnico e superior instaladas, nem sua cobertura geográfica atende de forma equânime as populações da unidade.

Proposta: aumento e descentralização da oferta de vagas de ensino técnico e superior na região, de acordo com as demandas da economia local e das áreas onde se pretende induzir o desenvolvimento.

Atividades propostas:

- Estudo para determinar as lacunas na oferta de qualificação, de acordo com as demandas das empresas da região, dos setores econômicos potenciais, mas ainda incipientes.
- Criação de polos e unidades descentralizadas em municípios menores, mas que ainda tenham demanda suficiente para abrigar tal estrutura.
- Disponibilização de transporte nos municípios menores, para garantir o acesso da população às unidades de ensino nos demais municípios.
- Estímulo ao aumento da oferta de cursos de formação técnica e superior em toda a região.
- Articulação com o Centro Paula Souza para oferta de cursos customizados e adequados às demandas das regiões, por meio das Fatecs e Etecs.
- Apoio para oferta de bolsas de estudos para população de baixa renda.
- Incentivos para criação de cursos à distância (EAD) relacionados à pesquisa e ao desenvolvimento e inovação.
- Articulação com concessionárias para mapeamento da necessidade e futura instalação de banda larga em locais mais remotos.

P3: Fortalecimento da base econômica, desconcentração da oferta de emprego e renda no município-polo e aumentar a qualificação da mão de obra

Atividades propostas:

- Incentivo ao crescimento das atividades de C&I&T ligadas à cadeia da saúde e tecnologia da informação.
- Espreadimento do polo de saúde para municípios da RMRP, por meio do apoio à formação de novos centros de pesquisas públicos e privados.
- Identificação das principais áreas do conhecimento que necessitam de integração.
- Definição de mecanismos e de ações de incentivo necessárias à articulação das cadeias de conhecimento.
- Estímulo à adoção de parcerias, convênios e acordos de cooperação com centros internacionais dedicados à pesquisa em saúde.
- Identificação da necessidade de novos equipamentos no parque tecnológico Supera; apoio à implantação de laboratórios em parceria com o setor privado.
- Atuação junto à Desenvolve SP para avaliar a necessidade de oferta de novos produtos financeiros, de acordo com as demandas do setor produtivo, bem como maneiras de simplificar o acesso ao crédito.

P4: Programas de desenvolvimento agrícola voltado às cooperativas e pequenas propriedades

Ações que visem melhorar a produtividade e a renda das pequenas propriedades agrícolas podem esbarrar em problemas de gestão das mesmas e nas cooperativas às quais elas podem estar associadas.

Atividades propostas:

- Programas de formação voltados à gestão das propriedades e cooperativas.
- Apoio técnico, burocrático e de suporte à gestão das pequenas propriedades agrícolas.
- Programas voltados ao aumento da produtividade, agregação de valor e melhor uso dos recursos naturais.
- Programas e ações por parte dos municípios para comercialização e promoção da produção local.

P5: Elaboração de um plano de turismo ecológico para a RMRP

Observa-se, a partir dos levantamentos realizados, baixa integração turística entre os municípios da região, com poucas cidades apresentando planos diretores de turismo ou outros documentos que visem à organização logística do turismo municipal, apontando baixa identificação dos municípios enquanto região metropolitana. Além disso, também são percebidos baixos índices de cobertura vegetal na região.

Com a proposta de criação de um plano de turismo regional, com foco no turismo ecológico, histórico e cultural, incorporando os

conceitos do Turismo de Base Comunitária (TBC), objetiva-se o incentivo do turismo como formação de renda, o impulsionamento da economia regional, a melhoria da qualidade de vida da população regional e o reconhecimento identitário dos municípios como parte da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Além disso, pretende-se incentivar o aumento de cobertura vegetal, por meio de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e a proteção dos patrimônios históricos e culturais da região.

Ações propostas:

- Apoio e incentivo às prefeituras na elaboração de planos diretores de turismo.
- Levantamento dos potenciais turísticos dos municípios, com foco nos atrativos ambientais e histórico-culturais, criação de inventário dos patrimônios históricos e culturais, materiais e imateriais reconhecidos ou em processo de reconhecimento pelos órgãos competentes.
- Criação de um calendário regional de festas, eventos e manifestações culturais nos municípios.
- Elaboração de campanhas que destaquem os atrativos turísticos da região, a fim de sensibilizar a sociedade civil.
- Conscientização dos setores público e privado da possibilidade de geração de renda com um plano de turismo ecológico regional.
- Incentivo a empreendimentos e ações baseados nos princípios do Turismo de Base Comunitária (conservação da sociobiodiversidade, valorização da história e da cultura, protagonismo comunitário, equidade social, bem comum, transparência, partilha e dinamismo cultural, atividade

complementar, educação e continuidade). Garantindo assim uma postura sustentável em relação ao meio ambiente e à população local.

- Capacitação da população local com o objetivo de suprir a demanda por mão de obra qualificada.
- Criação de plano regulamentador da rede de infraestrutura, acesso e suporte necessários à implementação das atividades turísticas.

P6: Fortalecimento da identidade regional

A Unidade Regional, pela recente criação, ainda não deve ser reconhecida como unidade territorial pelos municípios. Esse não reconhecimento dificulta atividades que deverão ser desenvolvidas conjuntamente, no âmbito dos municípios participantes.

Proposta: Criação de programa de sensibilização para a identidade regional.

Atividades propostas:

- Criação de campanha de sensibilização.
- Capacitação dos municípios participantes.
- Criação de material publicitário sobre a Unidade Regional.

Transporte, sistema viário e logística

Este bloco de propostas deverá focar, especialmente, o sistema viário regional, o transporte público, o transporte de cargas e as interdependências viárias nas áreas conurbadas. Serão analisadas as condições de provimento e a eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional.

P1: Pesquisa origem-destino na RMRP

Há poucas informações qualificadas acerca do comportamento da população regional para realizar suas demandas de deslocamento por motivos de trabalho, estudo, acesso a serviços, entre outras atividades que impactam na mobilidade das pessoas na RMRP. A ausência de dados sobre o tema dificulta um planejamento integrado para oferta e melhoria dos serviços de transporte público na região.

Proposta: Realização de Pesquisa Origem e Destino nos municípios que integram a RMRP, por meio de parceria entre governo estadual e municípios para financiar e dar apoio técnico à pesquisa.

Atividades propostas:

- Articulação interfederativa para angariar recursos para o financiamento da pesquisa.
- Planejamento e contratação do estudo.
- Avaliação dos resultados da pesquisa para promover melhorias e ajustes na organização da mobilidade e logística regional.

P2: Implementação de bilhetagem única no transporte municipal e intermunicipal no Arranjo Populacional de Ribeirão Preto

De acordo com o IBGE, o Arranjo Populacional de Ribeirão Preto é formado pela integração urbano-regional de sete municípios paulistas: Brodowski, Cravinhos, Jardinópolis, Santa Cruz da Esperança, Serra Azul, Serrana e Ribeirão Preto, este último como centralidade urbana de referência para os demais. Considerando este quadro territorial, é esperado que no dia a dia haja deslocamentos da população dessas cidades por motivos como trabalho e estudo em direção, principalmente, à cidade de Ribeirão Preto. O transporte público dessas localidades tende a dar vazão a parte dessa demanda.

Contudo, não se percebe uma padronização dos sistemas de cobrança nos transportes coletivos municipal e intermunicipal. Cada município adota um sistema próprio de bilhetagem – como é o caso da cidade de Ribeirão Preto com o Ritmo, ou Sertãozinho com o BES –, o que pode encarecer o preço da passagem e dificultar a vida do passageiro que precisa pegar mais de um ônibus para chegar ao destino.

Proposta: Unificação e padronização do sistema de bilhetagem para facilitar a cobrança tarifária entre empresas e modais de transportes diferentes. Além disso, oferecer incentivos à população para o uso do transporte público coletivo, a exemplo de preço único para um número determinado de viagens, em um período delimitado dentro do território.

Atividades propostas:

- Criação de entidade supramunicipal para implementar e gerir o sistema integrado de bilhetagem.
- Apoio técnico dos governos estadual e municipais para viabilizar o sistema.
- Escolha e adoção de solução tecnológica adequada.
- Subsídios públicos para redução do custo total das passagens.

P3: Suporte à elaboração dos planos diretores de transporte e mobilidade

De acordo com a Lei da Mobilidade Urbana (nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012), todos os municípios com mais de 20 mil habitantes são obrigados a elaborar os seus respectivos Planos Diretores de Mobilidade Urbana, sob pena de não conseguirem acesso, via governo federal, ao financiamento de obras e de estudos para o setor. O mesmo vale para os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

A lei ainda prevê que esses planos estejam em consonância com os planos diretores municipais e com os planos de desenvolvimento urbano integrado para os municípios que integrarem unidades regionais. Contudo, muitos municípios enfrentam dificuldades técnicas e econômicas para conduzir esse tipo de estudo, o que pode impactar na capacidade de promoverem melhorias na mobilidade da população.

Propostas: Apoio técnico aos municípios que porventura tenham dificuldades para realizar os seus respectivos planos de mobilidade urbana, dentro do prazo final estipulado pelo governo federal.

Atividades propostas:

- Articulação interfederativa para promover esforço conjunto para elaboração desses planos nos municípios que tenham dificuldade.
- Conscientização sobre a importância da elaboração desses planos. Avaliação dos resultados desses planos para orientar melhorias no sistema viário, no serviço de transporte coletivo, na segurança viária para pedestres, para pessoas com mobilidade reduzida e para ciclistas.

Equipe técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiá e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda – coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Carlos Guena
Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro